




ARTIGO

FRIEDRICH WILHELM MARCELLINO (C.1830-75), O ESCRAVIZADO BRASILEIRO QUE PROMOVEU A ABOLIÇÃO DEFINITIVA DA ESCRAVIDÃO NA PRÚSSIA, EM 1857¹

Contato
Rua 29 de Novembro, 61
2785-417 – São Domingos de Rana – Portugal
mailseibert@yahoo.com

 Gerhard Seibert²
Centro de Estudos Internacionais - Iscte
Lisboa – Portugal

Resumo

Marcellino, escravizado brasileiro, teve um papel crucial na abolição definitiva da escravidão na Prússia, em 1857. Quando, em 1854, ele e o seu então senhor, o médico Luiz Ritter, vindos do Rio de Janeiro, chegaram a Berlim, a legislação ainda permitia a um estrangeiro manter a propriedade sobre um escravizado durante uma estadia temporária na Prússia. Recém-chegado a Berlim, Marcellino abandonou o seu senhor e lutou por sua libertação formal, na arena jurídica. Ele perdeu o processo em três instâncias, contudo, manteve a sua liberdade. O seu sensacional processo provocou um debate público que, em 1857, resultou numa lei que aboliu irreversivelmente qualquer tipo de escravidão na Prússia. O artigo aborda a *cause célèbre* de Marcellino no contexto histórico da presença de africanos e afrodescendentes em territórios de língua alemã, nos séculos XVII a XIX.

Palavras-chave

Abolição – escravidão – Prússia – código civil – processo jurídico

¹ Artigo não publicado em plataforma *preprint*. Todas as fontes e bibliografia utilizadas são referenciadas. Agradeço à Lucilene Reginaldo (UNICAMP) e aos dois pareceristas anónimos pelos comentários críticos e sugestões construtivas e ao Arlindo Caldeira (CHAM/ Universidade Nova de Lisboa) e à Olívia Nogueira de Almeida (UFMG) pelas revisões linguísticas do texto.

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Leiden, Países Baixos, e investigador associado do Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte), Lisboa, Portugal.



ARTICLE

FRIEDRICH WILHELM MARCELLINO (C.1830- 75), THE ENSLAVED BRAZILIAN WHO PROMOTED THE DEFINITIVE ABOLITION OF SLAVERY IN PRUSSIA IN 1857

Contact

Rua 29 de Novembro, 61
2785-417 – São Domingos de Rana – Portugal
mailseibert@yahoo.com



Gerhard Seibert

Centro de Estudos Internacionais - Iscte
Lisbon – Portugal

Abstract

Marcellino, an enslaved Brazilian, played a crucial role in the definitive abolition of slavery in Prussia in 1857. When he and his then master, the physician Luiz Ritter, arrived in Berlin from Rio de Janeiro in 1854, the law still allowed a foreigner to retain ownership of an enslaved person during a temporary stay in Prussia. As soon as he arrived in Berlin, Marcellino abandoned his master and fought for his formal liberation in the courtroom. He lost the case in three instances but maintained his freedom. His sensational lawsuit sparked a public debate that, in 1857, resulted in a law that irreversibly abolished all forms of slavery in Prussia. This article addresses Marcellino's *cause célèbre* in the historical context of the presence of Africans and people of African descent in German-speaking territories from the 17th to the 19th centuries.

Keywords

abolition – slavery – Prussia – civil code – legal process.

Introdução

Marcellino, escravizado natural do Rio de Janeiro, teve um papel decisivo na abolição definitiva da escravidão na Prússia, mas, apesar do feito, é praticamente desconhecido no Brasil. Em 1854, quando ele e seu senhor, o médico Ludwig (Luiz) Ritter, vindos do Rio de Janeiro, chegaram ao Reino da Prússia, que representava 64% do território e 60% da população do futuro Império Alemão criado em 1871³, a legislação em vigor ainda permitia a um senhor estrangeiro manter um escravizado trazido de fora do Reino. Na época, a Prússia era o único Estado europeu que reconhecia o direito de propriedade sobre um escravizado estrangeiro. Recém-chegado a Berlim, Marcellino abandonou o seu senhor e lutou formalmente por sua libertação na arena jurídica. Marcellino perdeu o processo em três instâncias, contudo, manteve a sua liberdade. E foi o seu sensacional embate no campo jurídico que provocou um debate público, que, em 1857, resultou na aprovação de uma lei que aboliu irreversivelmente qualquer tipo de escravidão na Prússia.

À época, Marcellino era um dos pouquíssimos negros residentes em Berlim, uma cidade de 613 mil habitantes (1861).⁴ Em razão da sua contenda jurídica, tornou-se uma personalidade conhecida nessa cidade. Mesmo após a sua morte prematura, em 1875, o seu nome apareceu em várias ocasiões em artigos de jornais, inclusive fora da capital prussiana. Enquanto alguns autores desses artigos reconheceram a causa justa de Marcellino, outros revelaram o racismo da época. Em comparação com a sua presença na Prússia, sabe-se muito pouco sobre o passado de Marcellino no Brasil. As escassas informações conhecidas vêm de fontes contemporâneas em língua alemã, de pesquisas realizadas nas últimas duas décadas sobre a presença africana na Alemanha desde o século XVII e suas respectivas publicações, também em alemão (GRUCHOT, 1868, p. 62-76; STAMMLER, 1932, p. 265-78; MENDE, 2010; LENTZ, 2020, p. 277-92; DRAMIGA, 2024).⁵ Sobre Ritter, existem algumas informações na imprensa carioca contemporânea.

Marcellino nasceu escravizado por volta de 1830, no Rio de Janeiro, onde também viveram sua mãe e seus dois irmãos, todos escravizados. Em março de 1852, Ritter comprou Marcellino por 950 mil réis de uma viúva chamada Silvalet.⁶ Na época, Christiano Theophilo Luiz Ritter, o seu nome completo, natural de Dresden, vivia

³ 348.780 km² de 540.858 km² e 24.643.415 de 41.058.792 habitantes.

⁴ *Einwohnerzahlen von Berlin (1600-1950)*. Disponível em: <https://www.ahnenforschung-klatt.de/berlin-einwohner.htm>. Acesso em: 10 abr. 2025.

⁵ Quanto às fontes contemporâneas, veja as respectivas referências nas notas.

⁶ Provavelmente o nome era citado errado na fonte alemã.

há pelo menos três décadas no Rio.⁷ No *Diário do Rio de Janeiro* de 9 de setembro de 1822, em uma “notícia particular”, se apresentou como “Doutor formado em Medicina, Cirurgia e Partos pela Academia de Berlim”, com moradia na “rua da Quitanda, no. 143”, no centro do Rio. No mesmo anúncio, afirmava que deu provas das suas habilidades médicas na Real Fazenda de Santa Cruz (hoje bairro Santa Cruz) e em muitos hospitais de diferentes países por onde passou.⁸ Em Santa Cruz, ele tinha uma pequena chácara com pomar, casa de cinco quartos, estribaria para seis cavalos e armazém de madeira.⁹ Em 25 de abril de 1844, Ritter regressou de barco ao Rio, “com sua mulher, 2 filhos e 2 escravos”.¹⁰

O objetivo deste artigo é contribuir para o conhecimento de Marcellino no Brasil, a sua luta pela libertação, o seu papel na abolição definitiva da escravidão na Prússia e a sua vida como negro livre na Alemanha. Ele foi um dos afrodescendentes que desempenhou um papel de protagonista nos movimentos abolicionistas do século XIX. Para uma melhor contextualização do caso de Marcellino, a primeira parte deste artigo aborda a presença de africanos e outros negros em territórios de língua alemã entre os séculos XVII e XIX. A segunda parte discute o processo movido por Marcellino contra Ritter e a consequente abolição definitiva da escravidão na Prússia. A última parte relata episódios da vida de Marcellino durante os 21 anos da sua permanência na Prússia (desde 1871 Alemanha). A partir de biografias de pessoas negras, o artigo utiliza o método historiográfico que se concentra em trajetórias individuais para examinar o contexto histórico mais amplo da presença africana nos referidos territórios. O artigo baseia-se principalmente em fontes primárias e literatura secundária em língua alemã. Todas as citações em alemão foram traduzidas pelo autor.

Presença africana em territórios alemães, séculos XVII a XIX

Com a exceção de Brandemburgo, nenhum outro estado alemão participou diretamente no tráfico atlântico de escravizados. Por um curto período, de 1682 a 1717, Brandemburgo (desde 1701 Prússia) manteve uma pequena colônia chamada

⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de abril de 1844, p. 4. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=27521. Acesso em: 11 set. 2024.

⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 9 de setembro de 1822, p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=2170. Acesso em 11 set. 2024.

⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de dezembro de 1822, p. 51. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=2498. Acesso em 11 set. 2024.

¹⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de abril de 1844, p. 4. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pagfis=27521. Acesso em: 11 set. 2024.

Grossfriedrichsburg, situada ao longo de cerca de 50 km na Costa do Ouro, próxima da atual cidade de Sekondi-Takoradi, capital da Western Region, Gana. Até a sua falência em 1711, a Brandenburgisch-Africanische Compagnie (BAC – Companhia Africana-Brandemburguesa), que mantinha uma feitoria em St. Thomas, uma das três ilhas das Antilhas Dinamarquesas (desde 1917 Ilhas Virgens Americanas), deportou de Grossfriedrichsburg cerca de 17 a 20 mil africanos escravizados para as Caraíbas.¹¹ Uma boa parte dos empregados e acionistas da BAC eram holandeses. Esses acionistas eram traficantes que pretendiam contornar o monopólio oficial da holandesa Companhia das Índias Ocidentais (WIC), que dominava o comércio holandês com a África ocidental (ZAUGG, 2018, p. 36). Durante o referido período, a BAC enviou apenas 24 africanos para a corte real prussiana (MALLINCKRODT, 2017, p. 358). Este foi o início da diáspora africana em Berlim-Brandemburgo (HEYDEN, 2008, p. 11).

Devido aos elevados custos e problemas de ligação marítima, em 1717, Grossfriedrichsburg foi abandonada e vendida à WIC, que tinha vários outros fortes e feitorias na região. De acordo com o contrato de compra, além do pagamento de 7.200 ducados, a WIC também se comprometeu a entregar ao rei Friedrich Wilhelm I (1688-1740) doze rapazes negros, seis dos quais deveriam ser adornados com colares de ouro. O destino desses doze jovens africanos é desconhecido, mas sabe-se que o monarca prussiano, conhecido por “Rei Soldado”, empregou 30 bateristas africanos no regimento real. Os holandeses conseguiram ocupar Grossfriedrichsburg apenas em 1724, visto que, depois da partida dos prussianos, um líder local Akan, conhecido por Jan Conny, desde 1710 um aliado de Brandemburgo, dominou a zona e o tráfico local de escravizados durante anos (HEYDEN, 1993, p. 81). Conny não reconheceu a transferência para a WIC, afirmando que apenas ele podia decidir que nação poderia usar o forte (ZAUGG, 2018, p. 45). Esse líder e traficante lendário é ainda hoje comemorado no festival Jonkonnu, na época do Natal, nas Caraíbas, nomeadamente na Jamaica, Belize e Bahamas (BETTELHEIM, 1988, p. 39-79).

Devido à insignificância da colônia brandemburguesa-prussiana, os territórios de língua alemã geralmente não são percebidos como estados escravistas nem como sociedades com escravizados. Contudo, negociantes, diplomatas, missionários, assim como marinheiros e soldados a serviço de companhias estrangeiras desses territórios, trouxeram negros com eles, frequentemente através de outros países europeus e de suas colônias. De 1650 a 1850, mais de 850 pessoas chegaram dessa forma a territórios alemães, a maior parte vinda de África, mas algumas também das Américas e da Ásia (LÖRCHNER; SCHNURR, 2024, p. 27). Por exemplo, no século

¹¹ Em 1692, a BAC foi renomeada: Brandenburgische Africanisch Americanische Compagnie (BAAC).

XVIII várias crianças e jovens negros adquiridos no Suriname, nas Antilhas, Guiné (Costa do Ouro), Holanda, Copenhague e Londres foram doados por viajantes regressados a potentados alemães (MALLINCKRODT, 2017, p. 358). Todos chegaram através do tráfico de escravizados, muitas vezes na infância, ninguém ia voluntariamente para Europa (PIEKEN; KRUSE, 2008, p. 65).

Os chamados *Hofmohren*

As provas da presença de africanos nas cortes alemães desde os fins do século XVII são pinturas e aquarelas que os apresentam frequentemente junto aos seus senhores. Os jovens negros da corte apareciam cuidadosamente vestidos e frequentemente usavam um colarinho dourado (REED-ANDERSON; KOPP, 2022, p. 46-47). Eram conhecidos nas cortes alemães por *Hofmohren*, negros da corte, criados pessoais do monarca e da sua família.¹² Eram considerados pela nobreza da época símbolos de prestígio, prosperidade e poder. Os negros da corte eram empregados especificamente por conta da sua cor de pele e do seu exotismo no contexto da época (SPOHR, 2023, p. 61). Legalmente não tinham estatuto de escravizado, porém, não eram pessoas livres, uma vez que estavam sob cuidados dos seus senhores. Havia um cenário comparativamente amplo de relações de dependência jurídica, social e econômica, assim como de possibilidades de ascensão (MALLINCKRODT, 2023, p. 139). Em alguns casos excepcionais, esses jovens negros tinham acesso ao ensino e conseguiam manter uma vida privilegiada para os padrões locais da época, contudo, dentro de limitações significativas (MENN; SMITH, 2020, p. 7).

Provavelmente, o caso mais conhecido é o do filósofo Anton Wilhelm Amo (c. 1700-depois de 1754), um poliglota que, além de alemão e latim, também dominava hebraico, grego, francês e holandês. Amo nasceu numa aldeia próxima de Axim, atual Gana, provavelmente entre 1700 e 1703. Em 1707, a WIC levou-o a Amsterdã e dali foi enviado para o duque Anton Ulrich de Brunsvigue-Volfembutel (1633-1714), que, na época, já tinha dois outros criados africanos.¹³ Em julho de 1708, foi batizado com o nome Anton Wilhelm Amo, os primeiros nomes do duque e do seu filho e sucessor August Wilhelm (1662-1731), respectivamente. Notável é que a criança man-

¹² Desde os fins do século XVII, no contexto da emergência de um racismo cada vez mais cientificamente legitimado, a designação alemã para africanos mudou de *Mohren* (mouros) para *Neger* (LENTZ, 2020, p. 61).

¹³ Em 1684, o duque comprou por 50 táleres, de um negociante português judeu, o escravizado August Rudolf, um dos dois criados mencionado, que, em 1703, casou-se com a africana Juliane Rosina. O casal teve um filho, também chamado Anton Wilhelm, batizado em 1705, e uma filha de nome Sophie Henriette, batizada em 1708. August Rudolf ganhou na corte 230 táleres por ano. Depois da sua morte, em 1725, a sua esposa viveu 17 anos sozinha. Anton Wilhelm faleceu em 1754 (MENN; SMITH, 2020, p. 17-18).

teve o seu nome africano, o que era incomum.¹⁴ Inicialmente, trabalhou na corte como criado remunerado.¹⁵ Depois da morte de Anton Ulrich, em 1714, o seu filho e sucessor August Wilhelm disponibilizou uma educação escolar sólida a Amo. Em 9 de junho de 1727, ele matriculou-se na Faculdade de Filosofia da Universidade de Halle para estudar Direito e História. Amo foi o primeiro e, até 1946, também o único africano a estudar nessa universidade. Depois de dois anos, ele proferiu em latim o seu primeiro *disputatio*, um debate científico público sobre “De jure Maurorum in Europa” (sobre a posição jurídica dos negros na Europa). Em setembro de 1730, ele mudou-se para a Universidade de Vitemberga, onde também se dedicou aos estudos da Fisiologia, Pneumatologia (hoje Psicologia) e Medicina. No mês seguinte, obteve o grau de mestre em Filosofia e Artes Livres. Em 1731, quando o duque August Wilhelm faleceu, o seu irmão e sucessor Ludwig Rudolf (1671-1735) ainda manteve ligação com Amo. Em 1734, Amo concluiu a sua tese de doutorado, intitulada *Sobre a impassibilidade da mente humana ou a ausência de sensação e da faculdade de sentir na mente humana*, cujo original em latim se encontra na Biblioteca Estatal de Berlim.¹⁶ Depois da morte do seu patrono duque Ludwig Rudolf, em 1735, Amo perdeu o apoio financeiro e o contato com a corte em Volfembutel.

No mesmo ano, ele voltou à Universidade de Halle, onde, em 1736, pediu uma autorização para dar aulas, o que foi aprovado. Em 1738, foi impressa em Halle a sua obra intitulada *Tactus de arte sobrie et accurate philosophandi*, baseada nas suas aulas de Filosofia dadas nessa cidade. Em junho de 1739, Amo solicitou com sucesso um emprego de docente na Universidade de Jena. Contudo, sete anos depois, ele deixou a Alemanha. Em 1747, uns meses depois da sua partida, foi publicado num semanário de Halle um poema zombador, de tom racista, que ridicularizou a sua tentativa de namorar uma branca, chamada Astrine, que o teria recusado devido à cor de sua pele. Pressupondo que o poema se baseou num episódio verdadeiro, possivelmente, a humilhação de contornos racistas sofrida junto com problemas financeiros e conflitos políticos na universidade levaram Amo a regressar à sua terra natal, que tinha deixado na sua infância. Ele ficou quase 40 anos na Europa e possivelmente mantinha apenas memórias muito vagas da Costa do Ouro.

Em dezembro de 1746, Amo deixou Roterdão num navio da WIC rumo à Costa do Ouro. Quando, no início de 1747, chegou a Axim, o seu pai e uma irmã ainda vi-

¹⁴ Na literatura não é consensual que o sobrenome Amo é de origem africana. Também existe a teoria que vem do verbo latim *amare* (amar) (MABE, 2007, p. 16).

¹⁵ Existem recibos salariais por ele assinados dos anos de 1716 a 1721 (MABE, 2007, p. 14).

¹⁶ O título original é: *De humanae mentis apatheia, seu sessionis ac facultatis sentiendi in mente humana absentia at earum in corpore nostro organico ac vivo praesentia*. Uma tradução portuguesa desta tese está disponível em: <https://amofer.wordpress.com/apatheia-%20ebook/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

viam na região, enquanto um irmão tinha sido escravizado e deportado para o Suriname. Em 1753, Amo mudou-se para o forte Shama (São Sebastião) da WIC, situado próximo da atual cidade Sekondi-Takoradi, onde viveu até a sua morte, algum tempo depois de 1754. O seu túmulo encontra-se ainda hoje no cemitério ao pé do forte (HEYDEN, 2008; MABE, 2007; MENN; SMITH, 2020, p. 4-39). Amo e a sua obra foram mencionados pelo filósofo e naturalista alemão Johann Friedrich Feuerbach (1752-1840), no seu ensaio *Von den Negern* (“Sobre negros”), em 1787; pelo padre e abolicionista francês Henri Grégoire (1750-1831), no seu livro *De la Littérature des Nègres*, em 1808; pela abolicionista norte-americana Lydia Maria Child (1802-80), no seu livro antiescravista *An Appeal in Favor of that Class of Americans Called Africans*, em 1833; pelo sociólogo e pan-africanista norte-americano William E. B. DuBois (1868-1963), no seu livro *Black Folk, Then and Now*, em 1939; e pelo ex-presidente ganês Kwame Nkrumah (1909-72), na sua obra *Consciencism: Philosophy and Ideology for Decolonization and Development with particular reference to the African Revolution*, em 1964 (MENN; SMITH, 2020, p. 39-51). Desde os anos de 1960 a vida e a obra científica de Amo têm sido, cada vez mais, objeto de pesquisas académicas.¹⁷ A Universidade de Halle-Vitemberga homenageia-o desde 1994 com um prêmio científico que traz seu nome. Graças a demandas de ativistas, em 2020, o Bezirksamt Berlin-Mitte, um dos doze distritos administrativos da capital alemã, decidiu renomear a *Mohrenstrasse* (Rua dos Mouros), nome considerado de conotação racista, para *Anton-Wilhelm-Amo-Strasse*.¹⁸

Um outro caso notável de ascensão social de um “negro de corte” foi Ângelo Soliman (c.1721-96) em Viena, Áustria. Nascido como Mmadi Make no norte da Nigéria, foi escravizado e, depois de ter mudado de mãos várias vezes, em 1734, foi doado por uma marquesa em Messina ao governador da Sicília e marechal de campo, o príncipe Johann Georg Christian von Lobkowitz (1686-1755). Ele fez Soliman seu criado e companheiro constante, inclusive durante ações bélicas. Depois de Soliman ter salvado sua vida em uma ocasião, o que teria tornado o relacionamento pessoal entre senhor e criado ainda mais forte, Lobkowitz passou a patrocinar a educação do jovem africano. Lobkowitz morreu em 1755 e, no seu testamento, deixou Soliman para o príncipe de Liechtenstein, Josef Wenzel I (1696-1772), residente em Viena. Este

¹⁷ Em 1968, Burchard Brentjes (1929-2012), arqueólogo do Oriente na Universidade de Halle-Vitemberga, apresentou a primeira coleção abrangente de estudos e fontes sobre Anton Wilhelm Amo.

¹⁸ Deutsche Welle (DW), Protestos antirracistas fazem Berlim trocar nome de rua, 21 de agosto de 2020. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/protestos-antirracistas-fazem-berlim-trocar-nome-de-rua/a-54651839>. Acesso em: 15 out. 2024. Na época, sete moradores da rua apresentaram queixa oficial, defendendo que a rua deveria manter o nome original que existiu desde 1707. Finalmente, depois de uma longa batalha jurídica, em 22 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Administrativo de Berlim-Brandemburgo permitiu a mudança de nome, rejeitando a ação movida pelos residentes.

fato prova que, apesar da sua posição privilegiada, Soliman não era uma pessoa livre. Wenzel promoveu Soliman a mordomo, o responsável por todos os subordinados do seu palácio. Soliman tornou-se celebridade da sociedade vienense, fazendo amizade com muitos nobres e outros proeminentes, entre os quais o imperador austríaco Joseph II (1741-90), que gostou da sua companhia e o convidava regularmente para caminhadas.

Quando Wenzel ficou sabendo que, em fevereiro de 1768, na Catedral de Santo Estêvão, em Viena, Soliman casara-se clandestinamente com a jovem viúva Magdalena Christiani (1734-86), irmã do marechal francês François Etienne de Kellermann (1735-1820), duque de Valmy, demitiu-o, visto que tinha proibido o casamento a todos os seus criados. Desde então, Soliman era livre, já possuía uma pequena casa e uma fortuna que ganhou no jogo. Ele dedicou-se a estudos históricos e filosóficos, sendo ainda um excelente jogador de xadrez e dominando seis línguas: alemão, italiano, francês, tcheco, inglês e latim. Em 1771, o sobrinho e sucessor de Wenzel, Franz Joseph I (1726-81), príncipe de Liechtenstein, empregou Soliman como educador e mentor de Aloys (1759-1805), um dos seus oito filhos. Um tempo depois, Soliman, junto com a sua esposa e a recém-nascida filha, Josephine (1772-1801), voltou a viver no palácio dos de Liechtenstein. Em 1781 Soliman foi iniciado na loja maçônica *Zur wahren Eintracht* (Para a verdadeira concórdia), onde chegou à função de Venerável Mestre. A essa loja pertenciam muitos intelectuais e outros membros da elite de Viena. Soliman manteve relações de amizade com muitas personalidades da época, entre as quais os compositores austríacos Joseph Haydn (1732-1809) e Wolfgang Amadeus Mozart (1756-91). Parecia que ele estava perfeitamente integrado na sociedade.

Soliman faleceu em novembro de 1796, vítima de um derrame cerebral. Logo depois da sua morte, o imperador Franz II (1768-1835), conhecido opositor do Iluminismo, encarregou um escultor de empalhar o seu corpo, como se fosse um troféu de animal. O imperador exibiu o corpo empalhado de Soliman, vestido de forma “africana” e decorado com penas e missangas como “nativo”, no seu *Naturalienkabinett* (Gabinete de História Natural) particular. Josephine, a filha de Soliman, desde 1797 casada com o conselheiro barão Ernst von Feuchtersleben (1766-1834), foi impedida de dar um enterro digno ao seu pai e protestou, em vão, contra a exibição obscena. Protestos de maçons e do próprio arcebispo também foram ignorados. Mais tarde, o imperador colocou mais corpos empalhados de pessoas não europeias na sua exposição, onde ficaram até 1806. Em 1848, foram destruídos num incêndio no sótão do palácio. A exibição desumana do corpo de Soliman revela que posição parte da sociedade da época atribuiu ao africano Soliman, apesar da sua vida social junto da elite local (PATALONG, 2024, p. 135-143). A atitude indigna do imperador deve ser vista como um sinal do avanço do racismo científico naquela época na Europa.

Um contemporâneo de Marcellino em Berlin foi August Albrecht Sabac el Cher (c.1836-85), o *Leibdiener* (criado pessoal) do príncipe Friedrich Heinrich Albrecht da Prússia (1809-72), irmão mais novo do rei Wilhelm IV (1795-1861) e general de cavalaria. Durante uma viagem ao Egito, em 1843, que à época pertencia ao Império Otomano, Albrecht recebeu o rapaz originário do Cordofão (Sudão) como presente durante uma audiência no Cairo com o governador Mehmet Ali (c.1769-1849). Ainda durante a viagem ao Egito, Albrecht decidiu dar ao menino de cerca de sete anos o nome de Sabac el Cher, uma saudação árabe (*ṣabāḥ al-ḥair*) que quer dizer “bom dia”. Em Berlin, Sabac el Cher foi ensinado e educado conforme as tradições prussianas. A sua carreira como criado do palácio começou em maio de 1851. Em abril de 1852 foi batizado na igreja luterana, e os seus três padrinhos eram funcionários de alto escalão da corte.

Sabac el Cher tornou-se criado pessoal de Albrecht, acompanhando-o em todas as suas pequenas deslocações e grandes viagens. Em 1862, participou com Albrecht numa expedição militar ao lado de tropas russas no Cáucaso; em 1864, na Guerra Dinamarquesa; e, em 1866, na Guerra Austro-Prussiana. Em novembro de 1867, Sabac el Cher casou-se com Anna Maria Jung (1843-1930), uma berlinense de 24 anos, filha de um próspero negociante de têxteis. Em março de 1868, Anna deu à luz ao filho Gustav Albrecht (1868-1934). Em julho do ano seguinte, o casal teve uma filha chamada Elise Bertha Charlotte (1869-1945). Um ano depois da morte do príncipe Albrecht, em outubro de 1872, o seu filho mais velho, também de nome Albrecht (1837-1906), nomeou Sabac el Cher como *Silberverwalter* (mordomo responsável pelos talheres, louça e copos) do palácio. Em 1876, Sabac el Cher foi aposentado, possivelmente por razões de saúde. Somente em outubro de 1882, ele e os seus filhos receberam oficialmente a cidadania alemã. Ele morreu de câncer de estômago, em setembro de 1885. O seu filho Gustav Albrecht Sabac el Cher foi um oficial prussiano condecorado, conhecido maestro de orquestra e proprietário de uma cafeteria. Descendentes de Sabac el Cher ainda vivem na Alemanha atual (PIEKEN; KRUSE, 2008, p. 55-88).

Outras pessoas negras, séculos XVIII e XIX

Enquanto a presença dos *Hofmohren* na Alemanha no século XVII é bem conhecida, o mesmo não se pode dizer sobre a presença de afro-americanos. Os cerca de 17 mil soldados da Hesse que participaram na Guerra da Independência dos Estados Unidos (1775-83) ao lado dos ingleses regressaram em companhia de cerca de 100

homens, mulheres e crianças afro-americanos.¹⁹ Esta comunidade viveu num bairro chamado *Negerkolonie* (Colônia de Negros) na cidade de Kassel, no norte de Hesse. Motivados pela promessa da liberdade em troca do serviço militar, os homens tinham servido majoritariamente como bateristas e flautistas nas tropas de Hesse, mas alguns também como combatentes. O contato direto com esses negros teria convencido alguns dos soldados de Hesse da igualdade dos homens negros e da injustiça da escravidão (LENTZ, 2020, p. 68).

Desde os tempos da Grossfriedrichsburg, quando autoridades locais dos Akan visitaram a corte brandemburguesa, alguns africanos livres marcaram presença na atual Alemanha. Entre 1788 e 1839, pelo menos 22 pessoas não europeias, a maior parte de descendência africana, publicaram anúncios de procura de emprego em jornais da cidade portuária de Hamburgo. A maioria procurou emprego como criados domésticos, mas também houve três cabeleireiros e outras profissões. Além do alemão, quase todos dominavam pelo menos mais uma língua. Em média, os candidatos a emprego falavam mais de três línguas. Eram pessoas que conheciam culturas diferentes, marcadas por mobilidade e cosmopolitismo (BÄRWALD, 2023, p. 189-214). Marcada pela mobilidade é também a história de Aquasie Boachi (1827-1904), filho mais velho do rei Ashanti Kwaku Dua I (c.1797-1867). Em 1837, aos dez anos, ele chegou à Holanda para estudar numa escola em Delft. Depois, estudou na Academia Real de Delft, onde se formou em engenharia. Em 1847 foi enviado para a Bergakademie Freiberg, uma escola de mineração localizada na Saxônia. Os holandeses que lhe pagavam um subsídio mensal de 200 florins queriam formá-lo em mineração, visto que pretendiam desenvolver a mineração de ouro na Costa do Ouro com métodos modernos.

A certidão do curso foi emitida depois de dois anos, atestando parcialmente progressos muito bons nas diferentes disciplinas. Fora da instituição, Boachi ficou bem integrado nas redes locais da burguesia e da nobreza. Os acontecimentos da revolução na vizinha Dresden, em maio de 1849, deixaram uma impressão duradoura para Boachi. Antes da sua partida de Freiberg, ele comprou vários livros sobre a revolta popular nessa cidade. Quando nos fins de 1849 os holandeses mandaram-lhe interromper os estudos e regressar à sua terra, Boachi fez várias tentativas de ficar na Alemanha. Um apoiador escreveu ao ministro holandês das Colônias que Boachi não queria trocar “a civilização europeia amada” pela “barbárie”, em vez disso preferia “ficar como desertor na Alemanha para ganhar a sua vida com as suas mãos”.

¹⁹ Durante o conflito os britânicos alugaram quase 30 mil soldados de Hesse-Kassel e de outros principados alemães, dos quais apenas cerca de 17.300 voltaram. Cerca de 1.200 foram mortos em campos de batalha, quase 6.400 morreram de doenças e acidentes e 5 mil ficaram nos Estados Unidos (*The Hessians*). Disponível em: <https://www.landofthebrave.info/hessians.htm>. Acesso em: 8 out. 2024).

Nos fins de janeiro de 1850, o próprio Boachi escreveu ao ministério das Colônias em Haia, dizendo que “preferia morrer na Europa do que a afundar lentamente por tristeza e aborrecimento na Costa da Guiné” (ARNOLD, 2008, p. 28).

Em fevereiro de 1850, Boachi regressou à Holanda. Como não podia ficar na Europa, mas também não queria voltar para a Costa do Ouro, foi enviado para Java, nas Índias Orientais Holandesas (atual Indonésia), aonde chegou em setembro de 1850 e ficou até a sua morte, aos 77 anos, em 1904. Foi engenheiro de minas, depois plantador de café e, finalmente, pensionista. Em 1856, protestou com sucesso contra a discriminação racial que sofreu como engenheiro por um superior holandês na colônia. Como compensação, o rei Willem III (1817-90) concedeu-lhe um subsídio mensal de 500 florins e uma plantação de café de 720 hectares em Java, embora o cultivo de café fosse monopólio do governo. Nos seus últimos anos, nas Índias Orientais, as pessoas tinham grande respeito por ele como príncipe. Ele teve vários filhos com mulheres indonésias. Menos de um ano depois do seu falecimento, Boachi foi lembrado num artigo de jornal na colônia holandesa do Suriname. Neste, foi destacado como um negro digno que lutou contra o racismo e foi comparado com Booker T. Washington (1856-1915), o conhecido líder afro-americano (ARNOLD, 2008).²⁰

Durante o século XIX, a presença de africanos na Alemanha foi muito reduzida. Também não mudou significativamente no breve período do colonialismo alemão de 1884-1919, quando os atuais Estados africanos de Tanzânia, Ruanda, Burundi, Namíbia, Camarões e Togo eram colônias alemãs. Nesta época, apenas cerca de 500 pessoas desses territórios foram à Alemanha. O maior grupo foi o de 95 africanos trazidos em 1896 para a primeira exposição colonial em Berlim, onde foram expostos em chamadas “aldeias de negros” recriadas (ZELLER, 2008, p. 246-247). Durante a exposição, de maio a outubro, os participantes, majoritariamente artesões, receberam salários cujo valor correspondia aos pagos nas colônias. No fim da exposição, 17 dos participantes decidiram ficar em Berlim para fazer uma formação profissional financiada por patronos locais (BOWERSOX, 2008, p. 112). Nunca tinham estado tantos negros em Berlim como durante a exposição colonial. Quando Marcellino viveu na cidade, entre 1854 e 1875, o número de negros era significativamente menor.

²⁰ BLOK, Petrus Johannes; MOLHUYSEN, Philipp Christiaan. *Nieuw Nederlandsch biographisch woordenboek*. Deel 7 (1927). [Boachi, Aquasi]. Disponível em: https://www.dbnl.org/tekst/molhoo3nieuo7_01/molhoo3nieuo7_01_0258.php. Acesso em: 4 out. 2024.

O processo de Marcellino

O código civil prussiano (*Allgemeines Landrecht*) de 1794 proibiu explicitamente a escravidão. No seu volume II, capítulo 5, nas disposições sobre pessoas escravizadas, intitulado “Von Sklaven” (Sobre escravos), o §196 dizia que a escravidão nos estados reais era proibida. Segundo o §197, nenhum súdito real deveria ou poderia comprometer-se com a escravidão. Contudo, de acordo com o §198, estrangeiros que permanecessem apenas temporariamente no país podiam reclamar direitos de posse de escravizados na sua companhia. Neste caso, porém, as autoridades tinham de estabelecer limites, caso os estrangeiros quisessem abusar desses direitos ao ponto de infringir maus-tratos com risco de vida aos escravizados (§199). Conforme o §200, escravizados trazidos do exterior pelo seu senhor para o país recebiam a liberdade permanentemente. O senhor, portanto, perdia a propriedade pessoal sobre o escravizado (§201). Não obstante, a partir desse momento, o antigo escravizado tinha de trabalhar para o seu antigo senhor, sem remuneração, o tempo necessário para a compensação das despesas feitas pela sua compra (§202) (STAMMLER, 1932, p. 268; REED-ANDERSON; KLOPP, 2022, p. 48-49).

Como apontado, a escravidão na Prússia foi abolida definitivamente pela lei aprovada em 9 de março de 1857, como resultado de um processo judicial movido por Marcellino em Berlim, em 1854. Com essa lei, a situação jurídica relativa à proibição da escravidão tornou-se igual em todos os territórios alemães, assim como na Áustria, onde a escravidão tinha sido abolida em 1811 (STAMMLER, 1932, p. 272).

Marcellino acompanhou Ritter na viagem do Rio de Janeiro a Dresden e Berlim, onde os dois chegaram no início de 1854.²¹ Já em Dresden, Marcellino recusou repetidas vezes a obediência a seu senhor. Em Berlim, a resistência de Marcellino aumentou cada vez mais. Ele ficou ausente por dias sem autorização e alugou um quarto próprio nos fundos da casa em que Ritter morava. Em resposta, o médico informou a Marcellino que, tendo em vista que as leis prussianas não permitiam mantê-lo escravizado em Berlim, ele pretendia trazê-lo de volta ao Brasil, onde o manteria na condição servil (LENTZ, 2020, p. 278-279).

Contudo, em Berlim, Marcellino conheceu o editor do semanário *Deutsche Gemeinde-Zeitung*, Hermann Stolp, a quem, conforme reportagens de jornais, pediu apoio para sua libertação, mostrando-lhe as suas costas completamente cobertas

²¹ Segundo o *Diário do Rio de Janeiro*, de 20 de março de 1853, a secretária da polícia da corte informa que, em 17 de março, foi despachado para Europa “Dr. Christiano Thiophilo Luiz Ritter, Prussiano, levando em sua companhia um seu escravo crioulo de nome Pedro”. A notícia não se refere ao destino concreto. Uma segunda viagem de Ritter, em 1853, não é noticiada neste jornal.

de cicatrizes causadas por castigos corporais praticados por Ritter. Como a legislação prussiana em vigor permitia a estrangeiros que estivessem temporariamente de visita no país manter os direitos sobre os escravizados trazidos consigo, a pedido de Marcellino, Stolp registrou o brasileiro na polícia local como seu próprio criado. O objetivo era proteger Marcellino pela lei de criados prussiana (*Preussische Gesindeordnung*). Além disso, Stolp aconselhou Marcellino a denunciar Ritter ao advogado por tê-lo privado de sua liberdade e, ao mesmo tempo, que apresentasse no tribunal municipal real um processo de difamação, o que este realmente fez com a ajuda de um tutor nomeado pela seção para assuntos de tutela do mesmo tribunal (LENTZ, 2020, p. 279).²² Segundo as disposições do código civil prussiano, um processo de difamação dava a vítima de afirmações públicas falsas a possibilidade de obrigar o caluniador de comprovar estas afirmações no tribunal.

Em 23 de fevereiro de 1854, Marcellino, representado pelo seu tutor, o conselheiro de justiça Dr. Strass, abriu um processo de difamação contra Ritter no referido tribunal municipal, solicitando que ele declarasse, dentro de oito dias, se reconheceria a liberdade do requerente, ou se queria apresentar, dentro de quatro semanas, a propriedade reclamada por via legal, ou se queria o julgamento do processo de difamação (GRUCHOT, 1868, p. 66; STAMMLER, 1932, p. 266). Contra essa solicitação, Ritter respondeu que seria competência da Sede da Polícia (*Polizeipräsidium*) decidir se os seus direitos adquiridos sobre o escravizado no Rio podiam ser cumpridos no Reino da Prússia. Ele comprovou no tribunal que Marcellino estava registrado como escravizado no seu passaporte e que ele próprio tinha contado repetidas vezes que foi comprado por Ritter por 950 mil réis. Além disso, Ritter apresentou uma testemunha, o negociante Rée do Rio de Janeiro, que confirmou que Marcellino teria vivido na casa de Ritter na mesma cidade de acordo com as habituais normas locais de manutenção de escravizados. Marcellino contestou que essas afirmações podiam servir como prova de propriedade. Além disso, esta já teria sido extinta pela travessia do Atlântico num navio de Hamburgo e pela viagem à Holanda e à Alemanha, pois nem nesses países nem na Prússia a escravidão era legalmente reconhecida (STAMMLER, 1932, p. 267, LENTZ, 2020, p. 279).

De sua parte, Ritter também negou a competência do tribunal municipal pelo fato de que tinha residência permanente no Rio de Janeiro e estava apenas de visita em Berlim. Ele contestou a admissibilidade do recurso legal, visto que enquanto permanecesse em Berlim, apenas exercia os direitos do senhor sobre o seu criado,

²² *Neues Fremden-Blatt*, v. 2, n. 77, 18 mar. 1875, p. 3. Österreichische Nationalbibliothek. ANNO Zeitungen. Disponível em: <https://anno.onb.ac.at/cgi-content/anno?aid=nfb&datum=18750318&seite=19&zoom=33>. Acesso em: 17 set. 2024.

mas conflitos entre senhores e criados eram da competência do departamento da Polícia Real. Finalmente, Ritter recusou reconhecer a legitimidade do tutor na representação de Marcellino, visto que já teria mais de 24 anos de idade, o que este negou explicitamente.

Em 10 de abril de 1854, o tribunal decidiu que Ritter deveria comprovar sua reivindicação de propriedade sobre o requerente Marcellino no prazo de nove meses ou nunca mais poderia reivindicar a sua posse. Decidiu também que, até a apresentação das provas, Marcellino poderia viver como pessoa livre em Berlim. No acórdão, o juiz argumentou que, desde o início, o processo de difamação teria sido logo recusado se a legislação prussiana considerasse ilegal a escravidão, quer dizer, a propriedade sobre uma pessoa, sem qualquer diferença entre senhores estrangeiros e nacionais, reconhecendo livre qualquer escravizado que adentrasse o território prussiano real. Neste caso, a reivindicação de propriedade não faria sentido nenhum, visto que legalmente a escravidão era inexistente. Contudo, de fato, a legislação prussiana em vigor ainda não teria proibido a escravidão tão rigorosamente. Ao contrário, o §198 do código civil, volume II, capítulo 5, dizia explicitamente que estrangeiros que se encontrassem apenas temporariamente na Prússia poderiam manter os direitos sobre os seus acompanhantes escravizados (GRUCHOT, 1868, p. 66-67).

O juiz argumentou que o §198 também exigia uma decisão quando um estrangeiro procurasse a proteção das autoridades reais se uma pessoa trazida por um estrangeiro fosse considerada escravizada. Ao contrário de meros objetos que são logo reconhecíveis como objetos em termos legais, pessoas escravizadas não tinham marcas reconhecíveis por todos ou apenas reconhecidas pela legislação prussiana. Por esta razão, caso uma pessoa reclamada como escravizada afirmasse a sua liberdade, em primeiro lugar, era necessário decidir a questão de estatuto, quer dizer, se esta pessoa era realmente considerada um escravizado, um objeto no sentido legal. Quanto a isso, surgia relativamente à aplicação da referida disposição a outra questão se apenas a propriedade era protegida para que uma ação judicial direcionada à falta de liberdade e à propriedade de uma pessoa não fosse admissível pelos tribunais prussianos reais. Mesmo assim, a recusa da queixa devia ser feita imediatamente, porque o julgamento de uma ação judicial inadmissível devido ao seu objeto não podia acontecer. Além disso, o juiz chegou à conclusão de que uma discussão e decisão sobre o estatuto do suposto escravizado e sobre o direito do proprietário pretendente não podia ser possível no processo possessório (GRUCHOT, 1868, p. 68).

Por esta razão, a queixa de difamação do Marcellino era considerada admissível pelo tribunal. A objeção de inadmissibilidade do recurso legal devia ser recusada visto que o réu não alegou os direitos de empregador devido a uma relação de trabalho, mas devido a supostos direitos de propriedade. Conforme a lei prussiana, Marcellino era considerado possuidor de liberdade e, conseqüentemente, era vis-

to como pessoa livre até a conclusão do caso. Marcellino declarou que não queria voltar ao Brasil, contudo, sua vontade de fixar-se na Prússia era uma questão irrelevante para o processo. Daí o tribunal municipal seria responsável, visto que era o tribunal da sua morada atual. A recusa do tutor pelo réu foi negada, considerando que este não podia provar que Marcellino tinha mais de 24 anos. O tribunal achou adequado um prazo de nove meses para a decisão, uma vez que o réu precisava obter as provas de propriedade vindas do Brasil.

Devido ao recurso apresentado por Ritter, o tribunal supremo (*Kammergericht*) em Berlim decidiu, em 16 de novembro de 1854, recusar o processo submetido por Marcellino em 23 de fevereiro do mesmo ano (GRUCHOT, 1868, p. 73). A decisão rejeitou tanto a incompetência do tribunal como a falta da legitimação do tutor. Contudo, o tribunal supremo decidiu que os requisitos do processo de difamação não existiam, embora o réu afirmasse ter direitos de propriedade sobre Marcellino como seu escravo e ele também não os perdia na Prússia, conforme o §198, volume II, capítulo 5 do código civil. Esse tribunal argumentou que, segundo a legislação, a difamação apenas existiria se Ritter tivesse ostentado que Marcellino era seu escravo. Contudo, isso não teria acontecido, visto que Marcellino tinha vindo do Brasil como acompanhante do réu, um país onde existia a escravidão, estava inscrito como escravo no passaporte do réu e o próprio Marcellino tinha afirmado ter sido tratado pelo réu como escravizado (GRUCHOT, 1868, p. 74).

Além disso, a testemunha, o comerciante Réé, teria declarado sobre juramento que Marcellino tinha vivido na casa de Ritter no Rio de Janeiro como escravizado, segundo os hábitos locais, destacando a forma de tratamento e de andar descalço. Sem dúvidas Ritter tinha os direitos de um senhor sobre o seu escravo, e esta relação também existia na época da sua chegada a Berlim. A relação também não teria sido alterada por quaisquer declarações de Ritter de exercer os seus direitos sobre Marcellino, apenas até certo ponto, durante a sua estadia na Europa. Daí não se poderia considerar como ostentação o fato de Ritter afirmar que considerava Marcellino seu escravo, embora este já tivesse declarado dissolvida a relação entre eles e aparecido, de repente, como pessoa livre. Por esta razão, não haveria a necessidade de Ritter comprovar os direitos de propriedade sobre Marcellino. O recurso apresentado por Marcellino contra a decisão do tribunal supremo foi negado pelo tribunal de instância maior (*Obertribunal*) em 8 de junho de 1855. Este tribunal também confirmou a inexistência dos requisitos de um processo de difamação (GRUCHOT, 1868, p. 76).²³

²³ *Leipziger Zeitung*, n. 139, 14 jun. 1855. Bayrische Staatsbibliothek (BSB). digiPress. Disponível em: https://digiPress.digital-sammlungen.de/view/bsb10487156_01397_u001?page=6.7. Acesso em: 8 out. 2024.

A abolição definitiva da escravidão na Prússia

Apesar da recusa definitiva do processo de difamação, Marcellino manteve a sua liberdade e pôde permanecer na Prússia. Não se sabe exatamente porquê, visto que as fontes dão explicações diferentes para esta situação. Um relatório contemporâneo afirma que o resultado do processo teria sido inútil para Ritter, pois não havia nenhuma autoridade local disponível a entregar Marcellino ao poder do reconhecido proprietário. Por esta razão, Marcellino ficou livre e Ritter teve de regressar sozinho ao Rio (LENTZ, 2020, p. 280).²⁴ Contudo, também é possível que um dos patronos de Marcellino em Berlim tenha comprado a sua liberdade (LENTZ, 2020, p. 280). Um artigo de jornal da época chama os seus apoiadores “Wilberforces femininos e Beechers masculinos de Berlim”,²⁵ uma referência a William Wilberforce (1759-1833), deputado e abolicionista britânico, e Harriet Beecher Stowe (1811-1896), cujo famoso romance antiescravista *A cabana do pai Tomás* (1852) foi publicado em alemão no mesmo ano da publicação do original norte-americano.

A disputa legal entre Marcellino e Ritter chamou muita atenção além das fronteiras da Prússia. Vários jornais da época noticiaram detalhes do processo. Apesar de ter nascido na Prússia, em todos os artigos, Ritter foi considerado cidadão brasileiro. O fato de o motivo da viagem de Ritter ter sido a visita ao seu irmão e de, durante o processo, ter sido sugerido que tinha uma segunda residência em Berlim, não mudou este aspecto (LENTZ, 2020, p. 280). Lentz (2020, p. 281) interpreta isso como prova de que, naquela época, para a maior parte dos contemporâneos, um envolvimento direto de alemães no sistema de escravidão atlântico era impensável. A notícia sobre o resultado do processo chegou até aos Estados Unidos, onde membros dos Estados do Sul na Câmara dos Representantes o instrumentalizaram para exigir dos Estados do Norte a entrega de escravizados fugidos. Um deputado sulista reclamou que não podia ir a muitos dos Estados do Norte com a ama da sua criança sem o risco de ela ser obrigada a deixá-lo, mas poderia levar um homem negro para a Prússia e trazê-lo como seu escravo, pelas leis daquele país (LENTZ, 2020, p. 281).

O fato de a Prússia, formalmente uma monarquia constitucional desde 1849, ter sido um dos últimos países europeus a tolerar a escravidão no seu território, sendo inclusive utilizada como exemplo para os estados escravistas do Sul dos Estados

²⁴ *Neues Fremden-blatt*, n. 77, 18 de março de 1875, p. 3. Disponível em: <https://anno.onb.ac.at/cgi-content/anno?aid=nfb&datum=18750318&seite=19&zooom=33>. Acesso em: 17 set. 2024.

²⁵ *Magdeburgische Zeitung*, n. 5, 7 de janeiro de 1857, p. 1. Bayrische Staatsbibliothek (BSB). digiPress, Disponível em: https://digiPress.digitale-sammlungen.de/view/bsb10487682_00055_u001?page=1. Acesso em: 08 out. 2024.

Unidos, provocou demandas crescentes por mudanças na legislação. O naturalista Alexander von Humboldt (1769-1859), um abolicionista assumido que conhecia as realidades da escravidão devido à sua expedição científica na América Latina (1799-1804), exerceu a sua influência junto do rei Friedrich Wilhelm IV (1840-61), intervindo pessoalmente ao apontar as implicações para as realidades norte-americanas (LENTZ, 2020, p. 281).²⁶

Devido ao empenho de Humboldt e outros intervenientes, em 1856, foi constituída uma comissão para elaborar um projeto de lei para acabar com a possibilidade de estrangeiros manterem escravizados na Prússia. Em novembro daquele ano, a comissão submeteu ao parlamento para a discussão o projeto de lei elaborado sob a liderança do membro vitalício do parlamento e filósofo jurídico Friedrich Julius Stahl (1802-61). No debate parlamentar foi discutido se, além da escravidão, a servidão também deveria ser proibida na Prússia, visto que havia no país mais casos de nobres russos trazendo os seus servos do que escravizados vindos das Américas. O debate não era isento de conceitos racistas prevalentes na época na Europa. Um dos argumentos foi que era correto que, ao contrário dos negros escravizados, servos russos não seriam separados das suas famílias, contudo, deveria ser considerado que o servo russo pertencia a uma raça humana superior à do escravizado negro, assim, para o servo russo, um grau menor de escravidão devia ser mais opressivo do que o maior para o negro (LENTZ, 2020, p. 281).

Quanto à necessidade de mudança na lei no que se refere à sua aplicação a escravizados negros, os deputados consideraram que isso tinha pouca relevância para o caso da Prússia. Esta afirmação baseia-se no fato que durante 130 anos a respectiva disposição foi aplicada apenas duas vezes, nomeadamente nos casos do escravizado do camareiro e diplomata Joachim Erdmann von Arnim (1741-1804) e do próprio Marcellino (LENTZ, 2020, p. 282). Em 19 de abril de 1780 um escravizado de von Arnim, adquirido por 200 táleres em 1773, em Copenhague, durante a sua missão como embaixador da Prússia na Dinamarca (1770-74), e mais tarde trazido para Berlim, enviou ao rei Friedrich II, o Grande (1740-86), uma petição manuscrita pedindo a sua liberdade. Ele argumentou que já tinha trabalhado para von Arnim três anos a mais para ser libertado do que estava acordado com este, na época da sua compra. Na sua resposta ao rei, von Arnim negou a existência deste compromisso. Um parecer do supremo tribunal (*Kammergericht*) deixou a decisão para o rei, que rejeitou a petição, visto que o requerente não podia comprovar a existência do acordo com von Ar-

²⁶ *Neues Fremden-blatt*, n. 77, 18 de março 1875, p. 3. Österreichische Nationalbibliothek. ANNO Zeitungen. Disponível em: <https://anno.onb.ac.at/cgi-content/anno?aid=nfb&datum=18750318&seite=19&zoom=33>. Acesso em: 17 set. 2024.

nim (GRUCHOT, 1868, p. 63; MALLINCKRODT, 2017, p. 369; REED-ANDERSON; KOPP, 2022, p. 43-44). Devido ao discurso público crescente sobre a moralidade do tráfico de escravizados e da escravidão, desde 1780, muito já tinha mudado em relação à sua tolerância na corte prussiana. O rei Friedrich Wilhelm IV foi sócio honorário da *Society for the Extinction of the Slave Trade and for the Civilization of Africa*, uma associação abolicionista fundada em Londres em 1839 e assinara, em 1843, um acordo que equiparou o tráfico de escravizados com a pirataria (LENTZ, 2020, p. 250).

Apesar da raridade de casos, a maioria dos parlamentares apoiou uma mudança da lei. A nova disposição aprovada definia que “os escravos se tornam livres a partir do momento em que entram no território prussiano. O direito de propriedade do senhor extingue-se a partir deste momento”. No debate parlamentar foi de novo apontada a dimensão internacional da alteração da lei. Antes da votação, Stahl declarou que, devido à sua opinião de que não se podia tratar pessoas como objetos ou animais, ele teria sido criticado duramente por adversários e amigos conservadores. Daí sentia-se obrigado a declarar publicamente que não pertencia ao campo dos abolicionistas radicais. Na sua opinião, a escravidão nos Estados Unidos não podia ser abolida imediatamente, mas numa primeira fase devia ser substituída por uma forma de servidão. Para ele, a questão era saber se a justiça prussiana deveria servir de capanga aos donos de escravizados na África e nas Américas, bem como àqueles que deles compravam. Infelizmente, não seria possível apoiar diretamente os Estados do Norte no conflito contra os Estados do Sul escravistas, porém, os deputados deviam pelo menos colocar o seu peso moral na balança, mas não na balança dos adversários dos Estados do Norte (LENTZ, 2020, p. 283). O fechamento desta última lacuna da lei referente à abolição na Prússia foi bem recebido pela imprensa britânica. O diário londrino *The Guardian*, de 2 de fevereiro de 1857, enalteceu o governo prussiano por ter acabado com esta “barbarous anomaly hitherto existing in common law” (apud LENTZ, 2020, p. 283).

A vida de Marcellino depois do processo

No debate público, a revisão da lei foi sempre associada à *cause célèbre* de Marcellino, em 1854/55. Nos anos seguintes, Marcellino conseguiu estabelecer uma nova vida como homem livre em Berlim. Graças às suas habilidades sociais, ele obteve apoio de vários defensores locais do abolicionismo. Em 1855 foi submetido ao rei Friedrich Wilhelm IV um pedido de apoio financeiro para ensinar, formar, confir-

mar o Marcellino e para celebrar a sua Confirmação pela igreja luterana.²⁷ Em 2 de julho daquele ano, o monarca disponibilizou 200 táleres do Fundo de Disposição para Formação (*Dispositions-Fonds für Ausbildungszwecke*) (LENTZ, 2020, p. 284).²⁸ Contudo, parece que o monarca não foi o único que desembolsou apoio financeiro a favor de Marcellino. Já na sua edição de 21 de maio de 1854, o periódico satírico *Kladderadatsch* reclamou com um tom racista que, para a educação do antigo escravizado, aconteciam “coisas tão extraordinárias” que só restava desejar que a soma arrecadada para um negro devia ser expandida para uns milhões de brancos que também ansiavam por liberdade (LENTZ, 2020, p. 284).²⁹ Em 4 de junho do mesmo ano, o *Kladderadatsch* publicou com o mesmo teor racista uma carta fictícia de Marcellino para o seu antigo senhor Ritter. Nessa carta, que começa com a frase: “Meu Senhor! Você já não o é, mas deveria se torná-lo novamente!”, o antigo escravizado lamenta o seu destino de liberdade em Berlim, visto que já não podia comer tão bem como antes e as doações dos patronos filantrópicos tinham acabado rápido e agora não podia encontrar um emprego. Não familiarizado com a vida em Berlim, teria sido vítima de golpistas e corretores da bolsa e ficou chocado perante a violência arbitrária prevalecente da qual foi repetidamente o alvo. Comparadas com as surras que tinha sofrido na bolsa de valores, as chicotadas de Ritter, recebidas de vez em quando, teriam parecido “carícias puras”. Por esta razão, queria voltar à escravidão (LENTZ, 2020, p. 284).³⁰

Não obstante tais insinuações de caráter racista, Marcellino conseguiu estabelecer uma existência independente na Prússia. Depois de ter recebido um ensino básico, ele concluiu com sucesso a formação profissional numa oficina de marcenaria. Parece que, inicialmente, Marcellino pretendia regressar ao Brasil depois da conclusão da sua aprendizagem, para construir uma existência livre e comprar a liberdade da sua mãe e de seus dois irmãos (LENTZ, 2020, p. 284).³¹ Contudo, decidiu perma-

²⁷ As igrejas luteranas ministram para jovens um curso denominado Ensino Confirmatório, regra geral, a partir de 14 anos. Concluído o curso há um culto de Confirmação na igreja em que os jovens professam a sua fé.

²⁸ *Magdeburgische Zeitung*, n. 166, 20 de julho de 1855, p. 4. Bayrische Staatsbibliothek (BSB). digiPress, disponível em: https://digiPress.digitale-sammlungen.de/view/bsb10487678_00215_u001?page=4,5. Acesso em: 8 out. 2024.

²⁹ *Kladderadatsch: Humoristisch-satirisches Wochenblatt*, v. 7, n. 24, 21 de maio de 1854, p. 94. Universitätsbibliothek Heidelberg. Digital Library. Disponível em: <https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/kl1854/0094/image.info>. Acesso em: 20 set. 2024.

³⁰ *Kladderadatsch: Humoristisch-satirisches Wochenblatt*, v. 7, n. 26, 4 de junho de 1854, p. 102. Universitätsbibliothek Heidelberg. Digital Library. Disponível em: <https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/kl1854/0102/image.info>. Acesso em: 20 set. 2024.

³¹ *Magdeburgische Zeitung*, n. 166, 20 de julho de 1855, p. 4. Bayrische Staatsbibliothek (BSB). digiPress. Disponível em: https://digiPress.digitale-sammlungen.de/view/bsb10487678_00215_u001?page=4,5. Acesso em: 8 out. 2024.

necer em Berlim, desistir da profissão de marceneiro e trabalhar como garçom na Kroll-Oper, um famoso teatro e salão de eventos em Berlim, construído em 1844. Além de óperas e peças teatrais, o estabelecimento também oferecia espetáculos de domador, bailes de máscaras e festas luxuosas, onde Marcellino provavelmente era atrativo para os donos do estabelecimento devido à sua aparência diferente, de negro (LENTZ, 2020, p. 285).

Em 1861, Marcellino precisava de um sobrenome, pois queria casar-se com “uma jovem berlinense bonita, filha de uma família decente”, lavadeira e passadeira de profissão.³² Pela lei, para o casamento, ele precisava de um nome completo, mas no seu batismo no Brasil tinha recebido apenas o seu primeiro nome (LENTZ, 2020, p. 285). Depois de ter recebido a autorização oficial de residência em Berlim, Marcellino pediu ao rei Friedrich Wilhelm IV permissão para utilizar seu primeiro nome como sobrenome.³³ Por gratidão e com a permissão do rei, Marcellino adotou seus primeiros prenomes como nome próprio. Doravante chamou-se Friedrich Wilhelm Marcellino, nome do qual ele se orgulhava conforme fontes contemporâneas (LENTZ, 2020, p. 285). Ainda em 1861, Marcellino e a sua noiva casaram-se na Catedral de Berlim com grande participação do público. O padrinho de casamento foi um outro negro residente em Berlim (LENTZ, 2020, p. 285).³⁴ Isso mostra que os poucos negros residentes na cidade mantiveram relações amigáveis entre si. Lentz (2020, p. 285) considera que algumas observações da imprensa da época, como a de que “o casamento aconteceu por afeto”, mostram algum preconceito com que foi encarado, em Berlim, um casamento entre um antigo escravizado negro e uma mulher branca.

O sucesso da sua integração na sociedade berlinense não impediu Marcellino de defender outros negros supostamente escravizados. Isso aconteceu em maio de 1862, quando um árabe chamado Abdul Gemosale, negociante de cavalos árabes de Alexandria, veio a Berlim para vender quatro garanhões árabes por 20 mil táleres à

³² *Unterhaltungs-Blatt zum Deutschen Volksblatt*, n. 103, 13 de setembro de 1861, p. 412. Disponível em: Bayrische Staatsbibliothek (BSB). digiPress, https://digiPress.digitale-sammlungen.de/view/bsb10487031_00411_u001?page=4. Acesso em: 8 out. 2024.

³³ *Innsbrucker Nachrichten*, v. 8 n. 210, 13 de setembro de 1861, p. 1837. Universitäts- und Landesbibliothek Tirol (ULB) Digital. Disponível em: Disponível em: https://digiPress.digitale-sammlungen.de/view/bsb10487031_00411_u001?page=4. Acesso em: 8 out. 2024.

Unterhaltungs-Blatt zum Deutschen Volksblatt, n. 103, 13 de setembro de 1861, p. 412. Bayrische Staatsbibliothek (BSB). digiPress. Disponível em: https://digiPress.digitale-sammlungen.de/view/bsb10487031_00411_u001?page=4. Acesso em: 8 out. 2024.

³⁴ *Unterhaltungs-Blatt zum Deutschen Volksblatt*, n. 61, 5 de junho de 1861, p. 244. Disponível em: Bayrische Staatsbibliothek (BSB). digiPress, https://digiPress.digitale-sammlungen.de/view/bsb10487031_00245_u001?page=4. Acesso em: 8 out. 2024.

coudelaria real.³⁵ O negociante, que ficou alojado numa casa no bairro berlinense de Kreuzberg, foi acompanhado por dois criados negros, Lessini, de 17 anos de Bagdad (também conhecido por Nessin Abdal), e Musini, de 30 anos de Túnis.³⁶ A tarefa de ambos, que na sua terra eram homens livres, era cuidar dos cavalos (LENTZ, 2020, p. 286). Cerca de três semanas depois da sua chegada, um artigo no diário berlinense *Spenerschen Zeitung*, intitulado “Escravidão de negros em Berlim”, provocou um escândalo. O artigo afirmou que, numa carta, um vizinho respeitável de Gemosale em Kreuzberg tinha denunciado que o comerciante árabe tinha maltratado os seus dois criados, tendo-os impedido de sair de casa, obrigando-os a dormir ao lado dos cavalos no piso de pedra do estábulo, alimentando-os insuficientemente e submetendo-os repetidamente a maus-tratos. O fato de Gemosale ter tratado os dois criados como se fossem escravizados tinha indignado os seus vizinhos (LENTZ, 2020, p. 287).³⁷

O jornal afirmou que investigações tinham revelado que o verdadeiro nome de Gemosale, que falava fluentemente alemão, era Moses Rosenzweig, alegou ainda que ele devia aos seus dois criados oito meses de salário em atraso e tinha-os impedido com todos os meios de alcançar a liberdade. O artigo do diário berlinense recebeu muita atenção e espalhou a notícia sobre o negociante de cavalos para além de Berlim. O semanário austríaco *Wiener Kirchenzeitung* republicou o artigo literalmente. Este periódico católico fechou o artigo com a observação antissemítica: “Esperançosamente o judeu de cavalos será parado”. Posteriormente, a interpretação antissemítica parece ter sido dominante na opinião pública em Berlim (LENTZ, 2020, p. 287).

Contudo, não foram todos os jornais que condenaram imediatamente Rosenzweig como senhor de escravos. O jornal jurídico *Allgemeine deutsche Strafrechtszeitung* enfatizou que, à primeira vista, seria impossível distinguir a verdadeira escravidão de uma relação com criados. No caso concreto, a distinção também foi complicada visto que uma interrogação direta dos dois criados pela polícia não teria sido possível, uma vez que ninguém entendia o árabe. O jornal argumentou que, conforme a lei de criados prussiana, o patrão podia proibir aos criados as saídas e visitas a locais públicos e até podia puni-los com castigos físicos de forma moderada. Uma disposição dessa lei dizia que, no caso de desobediência, um criado podia ser punido com uma multa de até cinco táleres ou prisão de até três dias. Embora o jornal

³⁵ Numa parte dos jornais o negociante de cavalos é também chamado turco, provavelmente porque, naquela época, o Egito era uma das províncias do Império Otomano (1299-1920).

³⁶ Nos jornais da época o termo *Neger* (negros) aparentemente também se referia a árabes.

³⁷ *Allgemeine deutsche Strafrechtszeitung*, n. 25, 21 de junho de 1862, p. 399-400. Disponível em: <https://archive.org/details/allgemeinedeuts58unkngoog/page/n209/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 17 set. 2024.

aceitasse a legislação em vigor, lamentou que na Prússia não existisse nenhuma lei aplicável ao caso para apoiar os dois criados no seu desamparo (LENTZ, 2020, p. 287).³⁸

Enquanto na polícia reinava a hesitação se, perante a incerteza sobre a situação jurídica, era justificado intervir a favor dos dois criados, um grupo de “africanos” residentes em Berlim tomou a iniciativa de os ajudar. O grupo liderado por Marcellino foi ao alojamento de Rosenzweig em Kreuzberg para saber sobre a situação dos “seus compatriotas” e exigir o pagamento dos salários devidos. Aparentemente, Marcellino, que já dominava perfeitamente o alemão e tinha conhecimentos da legislação prussiana, teve um papel de destaque dentro do grupo (LENTZ, 2020, p. 288). Como o grupo não encontrou Rosenzweig, decidiu repetir a ação no mesmo lugar para entregar as suas exigências. O intérprete dentro do grupo foi Ahmad Aga, o cozeiro turco da comunidade muçulmana de Berlim, pois como o grupo era bastante heterogêneo em termos de origem houve alguns problemas de comunicação entre os manifestantes (LENTZ, 2020, p. 288). Em 16 de julho de 1862, o *Wiener Kirchenzeitung* publicou um artigo sobre “Como os negros na Alemanha se unem diante da pressão judaica”. O jornal também afirmou que “todos que pertenciam à comunidade ou à raça dos dois negros maltratados defendiam a causa deles como se fosse a sua própria”. Sobre Marcellino, o jornal acrescentou que nos seus dias de folga como garçom sempre ajudava a sua esposa, “uma lavadeira trabalhadora”, “a lavar e torcer a roupa” (LENTZ, 2020, p. 288).³⁹

No entanto, à medida que a investigação prosseguia, descobriu-se que aparentemente a acusação de escravidão não tinha sido fundamentada. Os maus-tratos não tinham ocorrido como alegado e os cuidadores de cavalos, que, conforme acordado, deveriam receber o seu salário apenas depois do regresso à sua terra, tinham recusado o trabalho. Os vizinhos de Rosenzweig, em particular as vizinhas, teriam sido responsáveis pelos atos de recusa, visto que os teriam incitado dizendo que na Prússia não existia escravidão e nenhum patrão podia fechar os seus criados do mundo exterior como o negociante tinha feito. Os dois criados teriam passado mais tempo em casa de vizinhas do que no estábulo para cuidar dos cavalos. Quando Rosenzweig descobriu os seus criados na companhia de duas mulheres numa casa vizinha, foi à polícia pedir ajuda. Um policial foi mandado para intervir junto às mulheres, sendo uma delas casada. O policial pediu às mulheres para não impedir

³⁸ *Allgemeine deutsche Strafrechtszeitung*, n. 25, 21 de junho de 1862, p. 399-400. Disponível em: <https://archive.org/details/allgemeinedeuts58unkngoog/page/n209/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 17 set. 2024.

³⁹ *Wiener Kirchenzeitung*, n. 29, 16 de julho de 1862, p. 453, Österreichische Nationalbibliothek. ANNO Zeitungen. Disponível em: <https://anno.onb.ac.at/cgi-content/anno?aid=wkg&datum=18620716&seite=5&zoom=33&query=%22Wiener%22%2B%22Kirchenzeitung%22%2B%2216.%22%2B%22Ju-li%22%2B%221862%22&ref=anno-search>. Acesso em: 17 set. 2024.

os dois criados de trabalhar e apontou que o convívio com os dois podia afetar a sua boa reputação (LENTZ, 2020, p. 289).⁴⁰ Não obstante a inexistência da escravidão no caso dos dois criados, o clima hostil em relação a Rosenzweig continuou. Duas semanas depois, em 3 de julho, o *Berliner Gerichts-Zeitung* noticiou que o ódio contra o negociante árabe era tão grande que ele foi despejado do seu alojamento e não conseguiu encontrar outro na mesma zona. Rosenzweig também não tinha conseguido vender seus cavalos, uma vez que o responsável da coudelaria real não aceitou o preço exigido (LENTZ, 2020, p. 289).⁴¹

Ao mesmo tempo, os dois criados de Rosenzweig continuaram a receber apoios e manifestações de solidariedade, tanto de brancos indignados com a situação dos dois estrangeiros como de outros negros, entre os quais os criados pessoais dos príncipes prussianos Friedrich Heinrich Albrecht e Friedrich Karl Alexander (1801-83),⁴² o já acima mencionado August Albrecht Sabac el Cher e Achmed, respectivamente.⁴³ Lentz (2020, p. 290) acredita que, durante semanas, vários habitantes negros de Berlim manifestaram a sua solidariedade aos dois criados, sugerindo que, apesar das diferentes origens, houve uma identidade compartilhada e de comunidade entre os negros. Em meados do século XIX, devia ter existido um número maior de negros em Berlim, a maior parte criados em casas de nobres. Além disso, na década de 1850 estiveram em Berlim nove jovens egípcios enviados para fazer formação profissional (LENTZ, 2020, p. 290). O apoio da população branca baseava-se num sentimento antiescravista que não aceitou a escravidão na sua cidade, contudo, aparentemente este era também reforçado por motivos antisemitas (LENTZ, 2020, p. 291).

Sobre a vida de Marcellino depois do episódio em torno dos dois criados negros cuidadores de cavalos há pouca informação. Parece que, no início da década de 1860, Marcellino desistiu do seu trabalho de garçom e, aproveitando os seus já excelentes conhecimentos do alemão, começou a ganhar a vida como intérprete para portugueses, espanhóis e italianos em Berlim. Uma reportagem de jornal sobre Marcellino, em 1864, informa que ele conseguiu ter uma vida razoavelmente boa como intérprete e que tinha se adaptado bem ao ambiente social e cultural alemão. O motivo da reportagem foi um julgamento do “intérprete Friedrich Wilhelm Mar-

⁴⁰ *Berliner Gerichts-Zeitung*, v. 10, n. 66, 12 junho 1862, p. 1-2. : Staatsbibliothek Berlin. Disponível em: <https://dfg-viewer.de/show/?set%5Bmets%5D=https://content.staatsbibliothek-berlin.de/zefys/SNP24332471-18620612-0-0-0-0.xml>. Acesso em: 9 set. 2024.

⁴¹ *Berliner Gerichts-Zeitung*, v. 10, n. 66, 12 junho 1862. Disponível em: <https://dfg-viewer.de/show/?set%5Bmets%5D=https://content.staatsbibliothek-berlin.de/zefys/SNP24332471-18620612-0-0-0-0.xml>. Acesso em: 9 set. 2024.

⁴² Irmãos do rei Friedrich Wilhelm IV.

⁴³ A origem de Achmed é desconhecida.

cellino”, acusado de furto de duas canecas de cerveja numa cervejaria na noite de 5 de julho daquele ano. O artigo descreve Marcellino como um homem negro bem-vestido e elegante de cerca de 30 anos. Afirma que seria frequentador de bares “tal como notoriamente todas as pessoas de sua raça”. Contudo, ao contrário de outros negros, Marcellino tinha se germanizado tão bem que não bebia apenas uísque, mas também sabia apreciar um bom chope bávaro.

Segundo a acusação, Marcellino teria sido visto levando uma caneca vazia quando saiu da cervejaria como último cliente, à 1h da madrugada. Dois garçons lhe perseguiram e o apanharam a duas ruas de distância do bar, Marcellino alegou a sua inocência. Pouco depois, os garçons viram as duas canecas da sua cervejaria num peitoril de uma janela próxima. Os perseguidores supuseram que por medo de ser apanhado com as canecas, Marcellino as tinha deixado lá. Tendo esse entendimento, ele foi acusado de roubo de duas canecas. No processo, Marcellino alegou que não se lembrava de nada, visto que estava completamente bêbado naquela noite. O dono da cervejaria confirmou esta declaração. Tendo em conta o valor baixo de uma caneca, o promotor exigiu uma pena de prisão de sete dias. O tribunal considerou provado que Marcellino tinha levado pelo menos uma caneca, contudo, absolveu-lhe, considerando que era improvável que o réu quisesse se enriquecer com um objeto de tão pouco valor.⁴⁴

Nos anos seguintes Marcellino teria deixado Berlim, exercendo várias atividades comerciais em lugares diferentes. Durante as suas andanças, teria participado regularmente do Carnaval de Colônia. Sabe-se que em 1872 voltou a Berlim, onde trabalhou como porteiro do Jardim Zoológico da cidade, fundado em 1844. Naquela altura, o Jardim Zoológico pretendia expandir o seu programa inicial com exposições de povos não europeus no seu terreno. Supõe-se que, neste contexto, a presença de um negro na entrada foi considerada uma publicidade eficaz (MENDE, 2010; LENTZ, 2020, p. 291).⁴⁵ Marcellino morava com a sua mulher, que continuava a trabalhar como passadeira na Casa de Antílopes, inaugurada em maio de 1872 pelo imperador Wilhelm I (1871-88). Naquela época, a Casa de Antílopes foi uma atração arquitetônica devido à sua dimensão de 2 mil m² e ao estilo semelhante ao de uma mesquita com oito minaretes com pináculos dourados, assim como 21 portas externas de tantos recintos de animais. Por motivos desconhecidos, já em 1875, Marcellino foi demitido e

⁴⁴ *Berliner Gerichts-Zeitung*, v. 12 n. 85, 23 de julho de 1864, p. 1. Staatsbibliothek Berlin. Disponível em: <https://dfg-viewer.de/show/?set%5Bmets%5D=https://content.staatsbibliothek-berlin.de/zefys/SNP24332471-18640723-0-0-0-0.xml>. Acesso em: 9 set. 2024.

⁴⁵ *Der Bär*, v. 4 n. 5, 1 de março de 1878, p. 51. Digitale Landesbibliothek Berlin (DLB). Disponível em: https://digital.zlb.de/viewer/image/34046307_1878/55. Acesso em: 11 out. 2024. Sobre as exposições veja o livro *Zoológicos Humanos: Gente em exibição na era do imperialismo*, de Sandra Sofia Machado Koutsoukos.

voltou a ganhar a vida como garçom, talvez devido a problemas com o uso de álcool, que são referidos em alguns relatos. Ele faleceu em março do mesmo ano devido à ingestão excessiva de bebidas alcoólicas durante uma “aposta em bebidas imposta levemente” em Friedrichsberg, uma localidade próxima de Berlim (MENDE, 2010; LENTZ, 2020, p. 291). Por ocasião da morte trágica de Marcellino, um diário vienense recordou que há 21 anos “o seu processo, que atraiu a atenção de todo o mundo civilizado e também foi único na jurisprudência prussiana, levou à revogação da disposição antiquada do código civil em 1857 e, portanto, à abolição da última proteção legal de que a escravidão gozava até então nos Estados europeus civilizados”.⁴⁶

Considerações finais

A abolição definitiva da escravidão na Prússia, em 1857, foi uma consequência direta do processo de difamação que Marcellino, recém-chegado a Berlim, com o apoio de simpatizantes e juristas locais, moveu contra Ritter, três anos antes (STAMMLER, 1932, p. 272). A historiadora alemã Sarah Lentz (2020, p. 292) confirma que o caso de Marcellino mostra que no contexto do ativismo antiescravista alemão atores negros atuaram como sujeitos ativos, seguindo a sua própria agenda. Em termos jurídicos, a *cause célèbre* de Marcellino era um *occasio legis*, uma oportunidade para a alteração da lei. Este foi o último julgamento de escravidão na Alemanha (GRUCHOT, 1868, p. 63). O próprio julgamento era dominado por questões processuais, como a jurisdição do tribunal, a legitimidade do tutor e particularmente a admissibilidade do processo de difamação movido por Marcellino. Ele perdeu o processo em três instâncias, visto que o tribunal de apelação decidiu que os requisitos de um processo de difamação eram inexistentes. Não obstante, Marcellino se tornou um homem livre porque, perante a opinião pública antiescravista dominante, não passou pela cabeça de nenhuma autoridade prussiana forçar o restabelecimento do seu estatuto de escravizado. Ao contrário, a atenção nacional e internacional que o seu processo provocou levou abolicionistas e políticos liberais a alterarem a lei que permitia a um estrangeiro manter a propriedade sobre um escravizado durante uma estadia temporária na Prússia.

Apesar de uma boa parte da população de Berlim já estar familiarizada com a presença de negros, devido à existência de bateristas africanos nas tropas e de criados negros nas cortes desde o século XVIII, a liberdade não significava a ausência de

⁴⁶ *Neues Fremden-blatt*, n. 77, 18 de março 1875, p. 3. Österreichische Nationalbibliothek. ANNO Zeitungen. Disponível em: <https://anno.onb.ac.at/cgi-content/anno?aid=nfb&datum=18750318&seite=19&zoom=33>. Acesso em: 17 set. 2024.

preconceitos raciais, pelo contrário. Apesar de uma certa popularidade, o próprio Marcellino foi repetidamente alvo de discriminação e humilhação baseadas na sua cor de pele. Não obstante isso, ele conseguiu estabelecer uma vida pessoal e profissional independente na sociedade berlinense. Além disso, em Berlim fazia parte de uma pequena comunidade multiétnica de não brancos, ligados por relações de comunidade e solidariedade mútuas. Na época da sua presença em Berlim, o abolicionismo foi acompanhado pelo avanço de conceitos do racismo científico e da ideologia colonialista, que reforçaram e renovaram atitudes racistas centenárias na Europa. Na véspera do colonialismo europeu em África, carreiras excepcionais como a de Anton Wilhelm Amo tornaram-se impossíveis. Contudo, o caso de August Albrecht Sabac el Cher, um contemporâneo de Marcellino em Berlim, mostra que, até os anos de 1920, em determinados nichos, como a música, algum excepcionalismo ainda era possível. No início dos anos de 2020, no âmbito de uma campanha para substituir nomes de ruas em homenagem a colonialistas alemães em Berlim por nomes de líderes africanos de resistência anticolonial e outras personalidades negras, uma rua foi renomeada para Anton-Wilhelm-Amo-Strasse. Não existe nenhuma rua com o nome de Friedrich Wilhelm Marcellino. Contudo, em 2010, a *Verein für die Geschichte Berlins* (Associação para a História de Berlim), fundada em 1865, homenageou Marcellino incluindo o seu nome e a sua biografia na lista online de personalidades que “contribuíram para moldar a história da cidade ao longo de oito séculos”.⁴⁷

Fontes: Acervos digitais

BAYRISCHE STAATSBIBLIOTEK (BSB). DIGIPRESS. Disponível em: <https://digipress.digitale-sammlungen.de/>. Acesso em: 6 out. 2024.

BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital brasileira. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/>. Acesso em: 6 out. 2024.

DEUTSCHE FORSCHUNGSGEMEINSCHAFT. DFGViewer. Disponível em: <https://dfg-viewer.de/>. Acesso em: 6 out. 2024.

DIGITALE LANDESBIBLIOTHEK BERLIN (DLB). Disponível em: <https://digital.zlb.de/>

Internet Archive. Disponível em: <https://archive.org/>. Acesso em: 6 out. 2024.

ÖSTERREICHISCHE NATIONALBIBLIOTHEK. ANNO Zeitungen. Disponível em: <https://anno.onb.ac.at/>. Acesso em: 6 out. 2024.

UNIVERSITÄTSBIBLIOTHEK HEIDELBERG. DIGITAL LIBRARY. Disponível em: <https://digi.ub.uni-heidelberg.de/>. Acesso em: 6 out. 2024.

⁴⁷ Persönlichkeiten. In: *Die Geschichte Berlin*. Disponível em: <https://www.diegeschichteberlins.de/geschichteberlins/persoenlichkeiten.html>. Acesso em: 6 out. 2024.

UNIVERSITÄTS- UND LANDESBIBLIOTHEK TIROL (ULB) DIGITAL. Disponível em: <https://ulb-digital.uibk.ac.at/>. Acesso em: 6 out. 2024.

Referências bibliográficas

- ARNOLD, Anne-Sophie. Lieber in Europa den Tod gefunden, als in Guinea langsam vor Kummer untergehen... In: HEYDEN, Ulrich van der (Hg.). *Unbekannte Biographien. Afrikaner im deutschsprachigen Raum vom 18. Jahrhundert bis zum Ende des Zweiten Weltkrieges*. Magdeburgo: Kai Homilius Verlag, 2008, p. 23-30.
- BÄRWALD, Annika. Black Hamburg: People of Asian and African Descent Navigating a Late Eighteenth – and Early Nineteenth-Century Job Market. In: MALLINCKRODT, Rebekka von; KÖSTLBAUER, Josef; LENTZ, Sarah. *Beyond Exceptionalism. Traces of Slavery and the Slave Trade in Early Modern Germany, 1650-1850*. Berlim: De Gruyter Oldenbourg, 2023, p. 189-214. Doi: <https://doi.org/10.1515/9783110748833-008>.
- BETTELHEIM, Judith. Jonkonnu and Other Christmas Masquerades. In: NUNLEY, John W.; BETTELHEIM, Judith (Eds.). *Caribbean Festival Arts*. Seattle: University of Washington Press, 1988, p. 39-83.
- BOWERSOX, Jeff. Kolonial-Lehrling wider Willen. Bernhard Epassi in Deutschland 1896-1901. In: HEYDEN, Ulrich van der (Hg.). *Unbekannte Biographien. Afrikaner im deutschsprachigen Raum vom 18. Jahrhundert bis zum Ende des Zweiten Weltkrieges*. Magdeburgo: Kai Homilius Verlag, 2008, p. 103-17.
- DRAMIGA, Joe. *Black History Month 2024: Der Kampf des Afrobrasilianers Marcellino gegen die Sklaverei in Preußen*. 10 feb. 2024. Disponível em: <https://scilogs.spektrum.de/die-sankore-schriften/black-history-month-2024-der-kampf-des-afrobrasilianers-marcellino-gegen-die-sklaverei-in-preussen/>. Acesso em: 6 out. 2024.
- D. A. GRUCHOT (Hg.), Diffamationsprozeß zwischen einem bisherigen Sklaven und seinem Herrn, vor preußischen Gerichten verhandelt. *Beiträge zur Erläuterung des preußischen Rechts, des Handels- und Wechselrechts durch Theorie und Praxis*. Berlim, Grote'sche Verlagsbuchhandlung, v. 12, 1868. p. 62-76. Disponível em: https://dlc.mpg.de/image/mpirg_escidoc_79446/78/#topDocAnchor. Acesso em: 6 out. 2024.
- HEYDEN, Ulrich van der. *Rote Adler an Afrikas Küste*. Die brandurgisch-preußische Kolonie Großfriedrichsburg an der westafrikanischen Küste. Berlim: Brandenburgisches Verlagshaus, 1993, p. 102.
- KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *Zoológicos humanos: Gente em exibição na era do imperialismo*. Campinas: UNICAMP, 2020, p. 411.
- LENTZ, Sarah. »Wer helfen kann, der helfe!« *Deutsche SklavereigegegenerInnen und die atlantische Abolitionsbewegung, 1780-1960*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2020, p. 456. Doi: <https://doi.org/10.13109/9783666360992>.
- MABE, Jacob Emmanuel. *Wilhelm Anton Amo interkulturell gelesen*. Nordhausen: Verlag Traugott Bautz, 2007, p. 109.
- MALLINCKRODT, Rebekka von. Verhandelte (Un-)Freiheit Sklaverei, Leibeigenschaft und innereuropäischer Wissenstransfer am Ausgang des 18. Jahrhundert. *Geschichte und Gesellschaft*. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, v. 43, n. 3, 2017, p. 347-380. Disponível em: <https://www.vr-elibrary.de/doi/epdf/10.13109/gege.2017.43.3.347>. Acesso em: 6 out. 2024. Doi: <https://doi.org/10.13109/gege.2017.43.3.347>.

- MALLINCKRODT, Rebekka von. Slavery and the Law in Eighteenth-Century Germany. In: MALLINCKRODT, Rebekka von; KÖSTLBAUER, Josef; LENTZ, Sarah. *Beyond Exceptionalism. Traces of Slavery and the Slave Trade in Early Modern Germany, 1650-1850*. Berlin: De Gruyter Oldenbourg, 2023, p. 137-162. Doi: <https://doi.org/10.1515/9783110748833-006>.
- MENDE, Martin. Marzellino, Friedrich Wilhelm. *Die Geschichte Berlins*. Verein für die Geschichte Berlins e.V, 2010. Disponível em: <https://www.diegeschichteb Berlins.de/geschichteb Berlins/persoenlichkeiten/persoenlichkeitenhn/684-marzellino-friedrich-wilhelm.html>. Acesso em: 06 out 2024.
- MENN, Stephen; SMITH, Justin E.H. *Anton Wilhelm Amo's Philosophical Dissertations on Mind and Body*. New York: Oxford University Press, 2020, p. 237.
- PATALONG, Frank. Geliebt, geschätzt und ausgestopft. In: LÖRCHNER, Jasmin; PATALONG, Frank (Hg.). *Die Sklaverei und die Deutschen. Eine Geschichte von Ausbeutung, Profit und Verdrängung*. Munich: Deutsche Verlags-Anstalt, 2024, p. 135-143.
- PIEKEN, Gorch; KRUSE, Cornelia. *Preussisches Liebesglück. Eine deutsche Familie aus Afrika*. Berlin: Ullstein Verlag 2008, p. 271.
- REED-ANDERSON, Paulette; KOPP, Christian. Berlins versklavte Afrikaner »Eigentum von Fremden in einem fremden Land« In: BYSTRON, Daniela; FÄSER, Anne (Hg.). *Das Museum dekolonisieren? Kolonialität und museale Praxis in Berlin*. Bielefeld: transcript Verlag, 2022, p. 43-61. Doi: <https://doi.org/10.1515/9783839464274-004>.
- SPOHR, Arne. Violence, Social Status, and Blackness in Early Modern Germany: The Case of the Black Trumpeter Christian Real (ca. 1643-after 1674). In: MALLINCKRODT, Rebekka von, KÖSTLBAUER, Josef; LENTZ, Sarah. *Beyond Exceptionalism. Traces of Slavery and the Slave Trade in Early Modern Germany, 1650-1850*. Berlin: De Gruyter Oldenbourg, 2023, p. 57-80. Doi: <https://doi.org/10.1515/9783110748833-003>.
- STAMMLER, Rudolf. *Deutsches Rechtsleben in Alter und Neuer Zeit II*. Munich: C.H. Beck, 1932, p. 502.
- ZAUGG, Roberto. Grossfriedrichsburg, the First German Colony in Africa? Brandenburg-Prussia, Atlantic Entanglements and National Memory. In: OSEI-TUTU, John Kwado; SMITH, Victoria Elles (Eds.). *Shadows of Empire in West Africa. New Perspectives of European Fortifications*. Londres: PalgraveMacmillan, 2018, p. 33-73. Doi: https://doi.org/10.1007/978-3-319-39282-0_2.
- ZELLER, Joachim. Frederik Maharero. Ein Herero-Prinz in Berlin. In: HEYDEN, Ulrich van der (Hg.). *Unbekannte Biographien. Afrikaner im deutschsprachigen Raum vom 18. Jahrhundert bis zum Ende des Zweiten Weltkrieges*. Magdeburgo: Kai Homilius Verlag, 2008, p. 246-252.

Conflito de Interesses

Nada a declarar

Disponibilidade de dados

todos os dados estão disponíveis no texto

Recebido: 15/04/2025 – Aprovado: 21/08/2025

Editores Responsáveis

Miguel Palmeira e Stella Maris Scatena Franco